

Sumário

Lista de siglas	2
Introdução	3
<i>O Parque Nacional do Jaú</i>	4
A negociação com grupos de interesse.....	7
Relação entre gênero e recursos naturais.....	8
<i>A população do Parque Nacional do Jaú</i>	12
<i>Atividades relacionadas ao uso dos recursos naturais para subsistência</i>	15
<i>Atividades relacionadas ao uso dos recursos naturais para comercialização</i>	18
<i>Um dia de uma família do rio Jaú</i>	20
<i>Mapeamento do uso de recursos naturais</i>	21
A análise de gênero e sua aplicação prática no caso específico do Jaú.....	23
Uma estratégia para conservação que combina treinamento focado em gênero, fortalecimento institucional, parcerias e participação comunitária	26
Bibliografia	27
Anexos	29
<i>Questionários utilizados para o levantamento sócio-econômico</i>	30
<i>Glossário de termos regionais</i>	40
<i>Lista de fotos</i>	41

Lista de siglas

EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Agricultura e Pesquisa Agrária
FNS -	Fundação Nacional de Saúde
FVA -	Fundação Vitória Amazônica
GÊNESYS -	Gênero em Sistemas Econômicos e Sociais
IBAMA -	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INPA -	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MERGE -	Manejo de Ecossistemas e Recursos Naturais com Ênfase em Gênero
ONGs -	Organizações Não-Governamentais
PAE -	Plano de Ação Emergencial
PNJ -	Parque Nacional do Jaú
SUPES -	Superintendência Estadual (representação IBAMA no Estado do Amazonas).
UC -	Unidade de Conservação
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Este texto resultou do esforço conjunto entre FVA e MERGE para tentar descrever a experiência da FVA em incluir gênero, participação comunitária e parcerias nas suas atividades de conservação no PNJ. O Programa de Manejo de Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero (MERGE) é coordenado pela Universidade de Flórida e abrange quatro países: Brasil, Equador, Peru e Estados Unidos. O MERGE desenvolveu-se no Brasil , em parte, com base no antigo Projeto de Gênero em Sistemas Sociais (GENESYS), ambos apoiados pela Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), e com o objetivo principal de assessorar os projetos do Programa de Mudanças Climáticas Globais (GCC). O MERGE tenta enfrentar o desafio de promover estratégias participativas e aprofundar a compreensão sobre gênero e manejo dos recursos naturais em áreas tropicais .

Um dos objetivos deste documento é servir de exemplo de como a variável gênero pode contribuir para pesquisas, planos de manejo, participação comunitária, e outras atividades básicas para a consolidação de áreas de conservação ambiental, tais como o Parque Nacional do Jaú (PNJ). Este documento é dirigido a um público alvo composto de ONG's ambientalistas e sociais, agências governamentais de meio ambiente, comunidade científica, e organizações de base.

O fio condutor do texto baseia-se em premissas e hipóteses definidas pelo MERGE, em maio de 1996, que são as seguintes:

1. O potencial para conservação com base comunitária é condicionado por fatores históricos, ecológicos, sócio-econômicos e políticos em diversas escalas;
2. O manejo de recursos naturais para fins de conservação envolve negociações diretas e indiretas entre vários grupos, com diferentes níveis de poder e recursos, cujos interesses podem ser complementares ou conflitantes;
3. A participação de comunidades locais é um elemento necessário para atingir as metas de conservação com equidade social;
4. As relações de gênero variam de acordo com os vínculos que as pessoas estabelecem com os recursos naturais e os ecossistemas, incluindo o conhecimento, o uso, o acesso, o controle, o impacto sobre os recursos naturais, e as atitudes em relação aos recursos e à conservação;
5. Iniciativas de conservação que utilizam um enfoque em gênero para o empoderamento de grupos locais serão mais sustentáveis e equitativas;
6. A participação de grupos de interesse em processos de treinamento enfocados em gênero, que integram aprendizagem experiencial e pensamento analítico, melhoram a sustentabilidade de iniciativas de conservação.
7. O treinamento de grupos de interesse contribuirá para o sucesso dos esforços de conservação a longo prazo, se for parte de uma estratégia mais

ampla, abrangendo mudança institucional e parcerias que garantam a continuidade de atividades participativas de pesquisa, intercâmbio e assistência técnica junto às comunidades locais.

O Parque Nacional do Jaú

O PNJ está localizado no estado do Amazonas, nos municípios de Novo Airão e Barcelos. Com uma área de 2.272.0000 ha, é o maior Parque Nacional do Brasil, e o maior do mundo de florestas tropicais.

O aparente valor biológico da região onde fica o PNJ começou a despertar o interesse dos naturalistas no final dos anos 60, quando Haffer (1969) identificou no baixo Jaú e baixo Unini um pequeno refúgio do Pleistoceno, estudando a distribuição das aves. Posteriormente, a área do baixo Jaú também foi incluída no refúgio do Pleistoceno proposto ao norte de Manaus, com base na distribuição de plantas (Prance, 1973). Hoje as evidências que embasam os refúgios estão sendo questionadas (Salo, 1993), mas o fato é que estes dois estudos fundamentaram a proposta de criação de uma reserva na área (Schubart et al. 1977), com o objetivo de conservar uma bacia hidrográfica fica de águas pretas desde a nascente até, a foz, de interflúvio a interflúvio. O PNJ foi criado pelo decreto nº85.200, de 24 de setembro de 1980.

Como meta de um Convênio de co-gestão entre o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Vitória Amazônica (FVA), está sendo elaborado um Plano de Manejo para o Parque, sob a responsabilidade da FVA.

As Unidades de Conservação ocupam um papel central na Conservação da biodiversidade, porque são consideradas a melhor maneira de preservar a vida selvagem, espécies raras, ecossistemas cênicos, recursos genéticos, paisagens belas, mananciais de água, e patrimônio cultural (histórico ou arqueológico) (Jorge Pádua, 1987). Porém, o conservacionismo

tradicional consegue ver os valores estéticos e biológicos da floresta, mas não o povo que lá está. (Pimbert, 1995 apud Rebelo, 1995).

Assim como acontece em todas as Áreas Protegidas criadas no Brasil, a criação do PNJ não levou em consideração a presença de moradores no Parque. A legislação atual não permite a presença de moradores em áreas protegidas. A regra geral consiste em desapropriar, indenizar os moradores, e assim tentar consolidar a conservação da área. Em 86% das áreas protegidas da América do Sul existem moradores, que historicamente ocupam o local há décadas e utilizam os recursos naturais disponíveis.

A área onde está inserido o PNJ tem uma história de ocupação de mais de 300 anos, considerando a colonização portuguesa. No século XVII os índios Cauari viviam na região e são os mais antigos moradores que se tem notícia. Os Cauari pertencem ao grupo linguístico Aruaque e representaram um elo importante de uma rota comercial, trocando produtos com os Yurimáguas dos rios Japurá e Solimões e com os Guaranaguas do Rio Branco, que por sua vez, trocavam produtos com os holandeses do Rupununi (Porro, 1992).

A ocupação colonial da região teve início em 1658 com uma Bandeira dos Jesuítas, saída do Maranhão, que fundou a missão dos Tarumãs (IBGE, 1957). Em 1694, os Carmelitas criaram o povoado Santo Elias do Jau, na foz do Rio Jaú. Em 1786, já elevada à categoria de aldeia, e denominada Airão, a região abriga índios Aruaques, Manaus, Barés e Tucuns, além de comerciantes descendentes de europeus e dos padres. Ao todo eram 148 pessoas em 22 casas (Ferreira, 1988). Nesta área havia grande atividade comercial envolvendo produtos tais como: látex (seringa, sorva e balata), peles de animais (onça, jacaré e lontra), quelônios e fibras vegetais. O comércio da região era controlado na época (início do século XX) pela família Vianna, barões da borracha. A partir de 1955, Francisco Bezerra de Vasconcelos, um “patrão” do tempo da borracha, se diz proprietário do recém criado município de Airão. Após longo período de decadência econômica e desavenças políticas entre os velhos coronéis e o poder político nomeado pela capital, houve um

deslocamento da população para a localidade de Tauapessassu (100Km rio abaixo), hoje conhecida como Novo Airão.

Entre as políticas que causaram maior impacto na região, destaca-se a criação do Parque em 1980. Na primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, em 1979, a área em questão foi proposta como *Reserva Biológica*, uma das categorias de manejo mais restritivas à exploração de recursos naturais e à presença humana. Em 1982, porém, na segunda etapa do Plano, a unidade de conservação já criada figurava como *Parque Nacional* do Jaú. Ironicamente, os critérios que nortearam a criação do Parque foram: “a proximidade de Manaus, centro de grande concentração turística, as belezas cênicas da região e a facilidade de acesso à área” (BRASIL. MA-IBDF/FBCN, 1982: 58).

A questão da permanência ou não de moradores no PNJ está sendo muito discutida ultimamente, devido ao impasse entre a legislação e a realidade. A atual legislação não permite a presença de moradores no Parque, mas a realidade é que eles continuam lá, 16 anos após a criação do PNJ. Por isso, contrariamente às determinações do IBAMA, a FVA tem se posicionado a favor da permanência dos moradores no Parque e de sua participação no Plano de Manejo. A FVA entende que o fato de participar de um Convênio de co-gestão não significa simplesmente executar um conjunto de determinações, mas principalmente negociar e propor soluções mais adequadas, derivadas do conhecimento e da atuação direta no Parque. A questão da permanência de moradores em áreas protegidas, na compreensão da FVA, tem que ser tratada de forma diferenciada dependendo de cada Unidade de conservação.

O PNJ foi escolhido como exemplo das questões de conservação e gênero devido ao trabalho pioneiro que a FVA vem realizando no Parque, em colaboração com instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais. Além disso, a FVA é uma das poucas organizações locais na Amazônia que incorporaram a questão de gênero a nível institucional, utilizando este conhecimento em sua atuação no Parque.

A negociação com grupos de interesse

Consolidar uma área protegida da Amazônia envolve vários segmentos da sociedade civil, científica, política, financeira e, principalmente, os moradores dessa área. É de fato uma tarefa difícil. Muitos são os conflitos existentes nas áreas protegidas. No PNJ, os conflitos ocorrem sobretudo por interesses diversos no uso dos recursos (retirada de madeira, quelônios e piabas). Existem moradores que consideram que devia ser proibido entrada no Parque de "pessoas de fora" para retirar recursos. As questões administrativas que envolvem fiscalização e as questões de legislação sobre existência de moradores dentro do Parque também são problemáticas.

Diferentes grupos estão hoje envolvidos na consolidação do PNJ, seja de forma direta ou indireta. Podemos dizer que os grupos de interesse direto são a FVA, o IBAMA, e os moradores do Parque. E que os de interesse indireto são as Prefeituras locais, os políticos, os turistas pescadores, os piabeiros e os madeireiros.

Várias estratégias e ações foram e estão sendo desenvolvidas pela FVA, com o objetivo de integrar os diferentes grupos e atuar de forma multi-institucional para a consolidação do Parque.

Em uma primeira instância, a FVA atuou no PNJ em conjunto com a Fundação Nacional de Saúde (FNS), com o objetivo de conhecer a área e seus moradores. Como resultado, a FVA propôs e realizou o primeiro Plano de Ação (em abril de 1992) para o Parque, com a Participação de pesquisadores de instituições locais e nacionais como IBAMA, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que detectaram os principais problemas do Parque. Um primeiro levantamento sócio econômico realizado por amostragem em 1990, indicou a necessidade de se realizar um estudo mais aprofundado sobre a área.

A participação da FVA em atividades culturais dos municípios aos quais o Parque pertence contribuiu para uma maior aproximação com as

Prefeituras e outros segmentos da sociedade local (escolas, agremiações). O resultado foi um trabalho conjunto de Educação Ambiental para crianças e jovens, que objetivou conscientizá-los da importância de áreas protegidas.

Com o Plano de Ação Emergencial (PAE), a FVA buscou reunir diferentes grupos para discutir, planejar e realizar diversas atividades, visando identificar e minimizar os impactos sobre os recursos naturais e, conseqüentemente, contribuir para a conservação do PNJ. O trabalho foi produtivo, e resultou na elaboração de um documento que serve de consenso e diretriz para as ações no Parque, enquanto é produzido o Plano de Manejo.

Apesar da grande dificuldade de formar uma rede de representantes que se comprometam e participem das atividades, existem questões políticas que envolvem principalmente o IBAMA e a FVA, no que se refere ao cumprimento das atividades propostas no PAE. Por exemplo, quando um representante dos moradores participou do PAE, na primeira experiência de eleição entre os moradores, pudemos verificar que ele teve muita dificuldade de entender e participar dos assuntos discutidos durante o evento, e que houve muito mais dificuldade ainda no repasse dessas informações para os moradores.

Uma outra estratégia de colaboração entre os grupos de interesse seria o estabelecimento de uma Câmara Técnica para Unidade de Conservação, que consiste de uma convocação do Superintendente do IBAMA de Manaus, reunindo representantes de instituições governamentais e não governamentais, com a função básica de unir os diversos grupos de interesse e buscar soluções conjuntas para os problemas que envolvem as UC's do Amazonas. Esta ação, que depende da vontade política da Superintendência de Manaus (SUPES-AM), foi concretizada dois anos após o início das negociações. Isto gerou instabilidade nas ações dos grupos de interesse, que sem meios para se articular e discutir, acabaram por distanciarem-se e perderem o contato, o que dificultou o processo .

Por estarem distantes do processo de discussão, e porque o processo de discussão é complexo, os moradores do PNJ ficam fora das discussões e evidentemente sem nenhuma representação, não havendo ainda possibilidade concreta de negociação com a participação deles.

Para envolver os diversos grupos de interesse a FVA procura promover reuniões e encontros dentro do Parque, com temas que dizem respeito a questões prioritárias para a conservação do PNJ e que são de interesse para os diversos grupos. Um exemplo é a reunião sobre conservação e manejo de bichos de casco, que aconteceu em julho de 1995, na localidade de Seringalzinho. Durante esta reunião foram utilizados métodos participativos (dinâmicas de grupos) que auxiliaram a expor as questões aos moradores, e como resultado surgiram sugestões de soluções com ampla participação da população local.

Esta experiência levou a FVA a planejar outras reuniões com temas bem objetivos e relacionados entre si, evitando assim a dificuldade de compreensão e aumentando a possibilidade de repasse das informações entre os moradores. Até mesmo esse método, das reuniões, é difícil quando a equipe de trabalho não se encontra munida de todas as informações e bem preparada anteriormente.

Para envolver a população local nas discussões, a FVA está realizando várias reuniões com pequenos grupos de moradores em áreas distintas do Parque, relacionadas ao mapeamento das áreas utilizadas pelos moradores para atividades de subsistência e comercialização. Estas reuniões enfocadas no mapeamento das áreas de uso dos recursos naturais fazem parte de uma estratégia que envolve também uma equipe permanente de trabalho de campo, com a função de capacitar moradores, compreendendo sua linguagem e trabalhando junto com eles na identificação de problemas e soluções. Outra estratégia utilizada e que tem obtido resultados é a realização de reuniões com as lideranças indicadas pelos moradores do Parque. Estas reuniões são realizadas fora do Parque e por meio de dinâmicas, ações participativas e

trabalhos em grupo resultam em discussões profundas para a compreensão do papel de cada morador no processo de elaboração do Plano de Manejo.

Relação entre gênero e recursos naturais

Antes de irmos a campo realizar o censo e o levantamento sócio-econômico de 1992 e finalizar o questionário para ser aplicado a cada família, realizamos um pré-teste. Uma equipe da FVA passou 8 dias no PNJ, testando o questionário. Ao chegarmos nas casas éramos recebidos pela família, e as questões, mesmo ouvidas por todos, eram em geral respondidas somente pelo chefe da família, em sua maioria homens, com pouca ou nenhuma participação das mulheres nas respostas. Observamos que nas questões relativas ao censo (nome e número de filhos, documentos e escolaridade) as mulheres eram consultadas pelos homens. Os homens, por sua vez, relutavam em responder a questões sobre o consumo de recursos naturais, principalmente a caça, coleta de covas/ovos de quelônios e quelônios.

Em conversas à parte com as mulheres, notamos que as mesmas se sentiam mais à vontade respondendo as questões formuladas por mulheres da equipe, e uma dessas questões passou a ser sobre culinária, e formas de preparo de alguns pratos consumidos pela família. Assim pudemos ter uma estimativa do consumo de caça, com a pergunta: "Quando foi a última vez que a Sra. cozinhou...?" e seguia uma lista de possíveis animais de caça.

As questões sobre crescimento e mortalidade populacional, migração, lazer e consumo também eram melhor respondidas pelas mulheres, e então concluímos que se utilizássemos dois questionários diferenciados por gênero teríamos mais condições de compreender a forma de vida dos moradores do Parque.

Para efetivar este trabalho a equipe de campo foi composta por 4 mulheres e 4 homens, pesquisadores de diferentes áreas (biólogos, engenheiros, agrônomos e técnicos de saúde). Foram preparados questionários

diferenciados por gênero e aplicados quase que simultaneamente por um casal de entrevistadores a um casal de entrevistados, em locais separados, tentando evitar a contaminação das respostas de um pelo outro e fazendo perguntas de reforço. As entrevistas foram feitas do modo mais informal possível, com uma pessoa entrevistando (guiada pelo questionário) e outra anotando as respostas ao lado (Anexo 1).

Entrevistar separadamente homens e mulheres resultou num quadro mais completo da situação dos moradores do Parque, pois foram contemplados pontos de vista diferentes para os mesmos problemas. Um dos resultados encontrados no levantamento sócio-econômico é que o uso dos recursos naturais do Parque está diretamente ligado à sazonalidade da região e que existe diferenciação por gênero, tanto em relação ao consumo quanto à produção. A forma de organização do trabalho familiar, descrita no registro de 24 horas de uma família do Jaú, e também no relato das atividades relacionadas à subsistência e à comercialização, demonstram bem essa diferenciação.

Além dos resultados do Censo e do Levantamento sócio-econômico, o fato de conviver com algumas famílias e participar ativamente com elas no seu dia-a-dia também serviu como forma de compreender essa diferenciação. Em geral as famílias são numerosas e os filhos e filhas com mais de 8 anos já participam de alguma atividade que esteja diretamente ligada ao trabalho realizado fora da casa: o trabalho de roça e o extrativismo.

A população do Parque Nacional do Jaú

Existem atualmente 1.030 moradores (aproximadamente 167 grupos domésticos) no Parque, sendo 54% homens e 46% mulheres de todas as idades. A População se distribui desigualmente no PNJ, a maioria vivendo na periferia (59%), que inclui as comunidades do rio Unini, os moradores isolados do rio Paunini e do rio Negro. Vivem no interior do PNJ 41% dos moradores,

incluindo os moradores do rio Jaú, do rio Carabinani, e dos igarapés Papagaio e Guariba (Mapa 1).

Quase todos são amazonenses (97%), muitos nascidos na área do PNJ. A população é predominantemente jovem, com a idade média de 18 anos. Se tomarmos 15 e 20 anos como indicadores de juventude, 55% e 64% da população se incluem nesta faixa etária, respectivamente. Há 50% mais homens que mulheres entre a população de jovens entre 15 e 20 anos, sugerindo que haja uma emigração de mulheres jovens do PNJ. As mulheres começam a ter filhos e constituir família com 16 anos, e estas famílias podem vir a se instalar onde as mulheres nasceram ou não (Figura 1).

Figura 1. Dados demográficos dos moradores do Parque Nacional do Jaú.

A taxa de fecundidade média das mulheres, que corresponde ao número de filhos nascidos vivos e o número de filhos nascidos mortos por mês é de sete filhos por mulher, mais do que o dobro da fecundidade das mulheres brasileiras no seu conjunto, que é de menos de três filhos (IBGE, 1993, apud Rebelo, 1995).

O perfil jovem da população e a alta fecundidade poderiam sugerir que a população do PNJ estaria em crescimento, se fosse uma população urbana das sociedades industrializadas, que não é o caso.

A densidade populacional no PNJ, de apenas 0,04 habitantes/km², menor que as densidades populacionais dos municípios de Novo Airão (0,37 hab/km²) e Barcelos (0,09 hab/km²), é muito menor que a densidade populacional do estado do Amazonas (1,34 hab/km²), que é uma das menores do país (IBGE, 1991, apud Rebelo, 1995).

A população que permaneceu no PNJ se distribuiu de forma mais ou menos linear nas margens dos principais rios, habitando sobre barrancos de terra firme que lhes permitem usar os rios e igarapés para pescar e como via de

transporte, e a terra firme para plantar as roças e exercer as atividades ligadas ao extrativismo.

A maioria dos moradores (73%) sabe que mora em um Parque Nacional, porém não sabe para que serve um Parque. Dentre 29 moradores que mencionaram saber, 22 mencionaram apenas a preservação da natureza e ninguém mencionou os 3 objetivos listados no Código Florestal de 1965 (... "objetivos educacionais, recreativos e científicos", art. 5§, letra a).

Atividades relacionadas ao uso dos recursos naturais para subsistência

Pesca: No PNJ são praticadas várias técnicas de pesca, que diferem por gênero, tanto para pesca de peixes como de quelônios. Em geral, os homens têm a função de sair para pescar pela manhã, quando utilizam espinhel ou flecha, técnicas utilizadas durante o período de escassez de peixes (período de enchente do rio). Eles utilizam grilos e gafanhotos como iscas para o espinhel, que são coletados no quintal da casa e armazenados vivos pelas crianças.

Quando os homens estão na floresta exercendo outras atividades de extrativismo, os meninos maiores e as mulheres ficam responsáveis pela pesca, e utilizam como técnica preferencial o caniço, com o mesmo tipo de isca. Em geral, as mulheres saem para pescar com seus filhos menores, inclusive os bebês, no caso de não ter filhos em idade de deixar "tomando de conta".

No período de enchente e cheia (de maio a agosto), a técnica de pesca utilizada, o "fachio" que consiste em sair à noite (em geral na "boca da noite", a partir das 19:00 horas) e em utilizar a focagem com lanterna e captura com zagaia. Esta atividade pode ter duração de até, 8 horas, dependendo da quantidade de peixes desejada. É mais praticada pelos homens, embora em algumas famílias as mulheres a exerçam.

Tratar o produto da pesca é tarefa quase que exclusivamente feminina. Tanto as mulheres quanto as filhas menores (8 anos) e jovens a executam. Esta tarefa consiste em limpar todo o pescado e salgá-lo para conserva.

A captura de bicho de casco é uma atividade exclusivamente masculina. Porém a coleta de ovos/covas é desempenhada tanto pelas mulheres quanto pelas crianças, principalmente no período de seca (de agosto a setembro). Tratar o bicho de casco é tarefa masculina, embora alguns pratos (como batido e guisado) sejam preparados pelas mulheres. Os homens são responsáveis por prepará-lo assado ou cozido. O preparo dos currais, que são pequenas áreas onde os bichos de casco ficam guardados como reservas, é uma atividade exclusiva dos homens.

Caça: A caça é mais acentuada durante o período de cheia, quando há maior área alagada, e conseqüentemente a escassez de peixes é maior. As técnicas utilizadas são de armadilhas ou espera. A de armadilha consiste em deixar a espingarda armada e montada em locais onde previamente já se viu ou se encontrou rastros de algum animal. A armadilha é deixada por até um dia, para verificar mais tarde, se houve sucesso ou não. A caça por espera e perseguição consiste em seguir pegadas ou rastros, em geral acompanhados pelos cães.

Esta atividade pode ser planejada para garantir o alimento durante o preparo da roça ou atividades extrativista, ou simplesmente acontecer ao acaso, quando saem para fachear ou coletar produtos da mata, quando então levam as espingardas.

Os principais animais utilizados para alimentação são: paca (*Cuniculus paca*), porcos-do-mato (incluindo as duas espécies do gênero *Tayassu*), anta (*Tapirus terrestris*), entre outros.

Esta atividade, desempenhada pelos homens, embora em algumas famílias as mulheres a exerçam. O trabalho de tratar e preparar a caça, tarefa tanto dos homens quanto das mulheres.

Roça: Desde o preparo da área à colheita, toda a família participa. Cabe ao homem fazer, com ajuda dos filhos maiores, a broca (que consiste em cortar as árvores menores e abrir o local) e a derrubada (que é o trabalho feito

com o machado, onde são cortadas árvores grandes e conservadas as castanheiras). Para fazer coivara (empilhamento dos troncos maiores) e queima, o homem já conta com ajuda dos filhos menores (a partir de 8 anos). Muitos moradores do PNJ fazem acero, que consiste em abrir um caminho com cerca de 2m de largura em torno da área que vai ser queimada, evitando assim que o fogo se alastre para outras áreas. Após a queimada inicia-se o trabalho de plantio das manivas, milho e fruteiras, atividade esta que tem a participação de toda a família. O cuidado do roçado, em geral feito pelas mulheres e crianças. Os filhos menores são levados para a roça quando não há com quem deixá-los. Este trabalho consta de capinas (limpeza do roçado, retirando os matos, com uso do terçado), feitas em geral quatro vezes durante o ano. Da colheita da mandioca participam o homem, a mulher e os filhos maiores.

Para fazer farinha, toda a família participa. Parte da mandioca colhida vai para a água e outra parte é descascada, e nisso trabalham as mulheres, velhos e crianças. Na casa de farinha, a mandioca é ralada e cevada por mulheres, homens e crianças. Este último trabalho é feito pelos homens e requer muita força física para colocar a massa na prensa e retirar toda a água. Uma vez prensada a massa, peneirada (atividade realizada pelos filhos menores e mulheres) e colocada para torrar no forno. A lenha é carregada por homens e mulheres, e o processo de torrar, que consiste de mexer e revirar constantemente toda a farinha jogada no forno, é tarefa tanto dos homens quanto das mulheres adultas.

No caso do preparo dos produtos derivados da farinha, como a tapioca, o tucupi e o beiju, as mulheres são as encarregadas do preparo, junto com os meninos e meninas de faixa etária entre 8 a 16 anos. (fotos em anexo).

Atividades relacionadas ao uso dos recursos naturais para comercialização

São as atividades de extrativismo, que também são sazonais e variam de acordo com o preço de mercado.

Cipó: é um produto do inverno. Em geral os homens vão para seus "centros" (local dos acampamentos na floresta), onde permanecem uma semana ou mais. Tanto fazem esta atividade sozinhos como em parceria com vizinhos próximos. Durante o período que estão no centro, o beneficiamento do cipó é feito pelos homens. Para este trabalho, os homens combinam com o vizinho mais próximo o local (que pode pertencer a uma terceira família), e o período de tempo que estarão fora das casas. Eles procuram deixar comida com as famílias, em geral uma caça. Segundo relato de um morador, esta prática ocorre principalmente quando existe necessidade de se pagar dívidas com o patrão, e a coleta de grandes quantidades do produto é necessária.

Quando eles coletam o cipó nas áreas próximas da casa, ao retornarem, cabe às mulheres e crianças o processo de descasque e beneficiamento. O descasque é feito com as mãos, ou com facas. Uma vez descascados, os cipós são cortados no tamanho de cerca de 40 a 50 cm. O beneficiamento, que , o processo de desfiar o cipó, é feito por mulheres, homens e os filhos maiores, atividade esta que pode ser realizada à noite.

Do cipó são confeccionados alguns utensílios, como paneiros (cestos grandes utilizados para carregar mandioca da roça, ouriços de castanha, etc.), além de vassouras e balaios. Os paneiros são confeccionados pelos homens, as vassouras e balaios pelas mulheres, porém alguns homens também fazem estes utensílios domésticos. A comercialização do cipó (matéria prima) é feita exclusivamente pelos homens, em geral o chefe da família.

Castanha: Também é um produto do inverno. Da coleta dos ouriços participa toda a família, que pode se deslocar para outras áreas do Parque, onde ocorre a castanha, e construir pequenos abrigos. Entrar na mata e coletar ouriços é tarefa dos homens, que utilizam os paneiros para carregar os frutos. A quebra dos ouriços é feita com um terçado, e dela participam as mulheres e os filhos maiores. As castanhas retiradas dos ouriços não passam por nenhum processo de beneficiamento, e são ensacadas e comercializadas pelos homens.

Homens e mulheres do PNJ têm interesses variados nos recursos naturais do Parque, no que diz respeito ao seu uso, seja para consumo, medicamentos, produção comercial ou sobrevivência familiar. Pesquisas de etnobotânica, realizadas no Parque em 1995, revelam interesses diferenciados por gênero no uso de plantas medicinais, o que caracteriza também seus usuários (rezadores, parteiras, benzedeiras e curadores).

Os dados já coletados sobre as principais atividades de agricultura e extrativismo praticadas pelos moradores estão sendo tabulados e organizados por uma pesquisadora da FVA recentemente contratada, Kátia Cruz, e veio eventualmente contribuir na elaboração de um calendário agrícola para o Jaú. Para tanto, realizamos reuniões com os moradores para que eles confeccionassem um mapa de suas roças, atividade esta que contou com a participação tanto dos homens como das mulheres. Em geral os homens desenhavam o mapa sob orientação das mulheres que indicavam os locais onde foi plantado os produtos.

Época de preparação da roça, plantio e colheita, tem participação tanto dos homens como das mulheres. As mulheres plantam além da mandioca, os produtos alimentícios como: batata, cará, ariá e macaxeira. Os homens dos produtos comerciais como banana e os dois da mandioca.

Um dia de uma família do rio Jaú

Esta família tem 8 componentes: o homem, a mulher (grávida) e seis filhos (dois meninos com idades de 11 e 4 anos, e quatro meninas com idades de 8 a 2 anos). A família vive à beira do rio Jaú e possui 6 áreas de roçados de diferentes anos. O menino de 11 anos é responsável por pescar, descascar cipó, cuidar da roça e às vezes dos irmãos menores. A menina de 8 anos é responsável pelo cuidado dos irmãos menores, além de fazer o fogo para cozinhar, limpar o peixe, descascar cipó, capinar a roça e o quintal, cuidar das galinhas, etc.

Às 6:00 horas da manhã o homem sai para pescar, acompanhado do filho maior. A mulher vai para a beira do rio lavar roupa e a filha maior fica cuidando dos outros irmãos menores (um menino e três meninas). A mulher retorna da lavagem, estende a roupa e vai para a roça junto com os outros filhos, para fazerem a capina. Eles trabalham até 11:00 horas, retornam à casa e esperam o retorno do homem e do filho maior. Comem alguma fruta do quintal e a mulher vai preparar sua caieira (local onde preparam carvão): ela coleta, com auxílio dos outros filhos, alguns paus e troncos espalhados pela proximidade da casa, cava com a enxada um buraco raso e retangular, de aproximadamente 2 x 1m, arruma todos os paus coletados, atea fogo e cobre com terra. Depois vai capinar o quintal com ajuda dos outros filhos. As crianças ficam pelo quintal comendo alguma fruta ou farinha.

Entre 14:00 e 15:00 horas, o homem e o filho maior retornam da pescaria, a mulher e a filha maior vão para a beira do rio limpar o produto da pesca, salgar o que não ser utilizado para o almoço e iniciar o preparo do fogo, no fogão a lenha. O peixe é preparado cozido com caldo e temperado com sal e cebolinha do canteiro. Se tiver arroz ou feijão, também são preparados, e toda a família se reúne para o almoço. Em geral, almoçam sentados no chão da cozinha onde as panelas e pratos são colocados. Após o almoço, a mulher ou a filha maior varrem o chão, juntam as louças em uma bacia ou balde, e lavam

tudo na beira do rio. Isto muitas vezes implica em descer e subir rampas escorregadias carregando bacias e baldes cheios.

À tarde, a mulher, o homem e os filhos maiores vão desfiar cipó, ou vão para a roça capinar, onde ficam até, as 16:00 horas. No início do entardecer todos banham-se e carregam água para a casa (tarefa realizada pela mulher e filhos maiores). Entre 18:00 e 19:00 horas o jantar é preparado e servido pela mulher, com ajuda da filha. Todos jantam, e a mulher e filha mais velha varrem o local, juntam os utensílios que serão lavados no dia seguinte, e às 20:00 horas as crianças se recolhem para dormir. O homem, a mulher e os filhos maiores desfiam cipó até as 22:00 horas, quando também se recolhem.

Mapeamento do uso de recursos naturais

Outro método que estamos utilizando com muito sucesso para obtermos informações sobre o uso dos recursos naturais, é o mapeamento junto aos moradores do PNJ. Este trabalho de pesquisa e extensão sendo realizado em duas etapas: na primeira, uma equipe de pesquisadores visita cada unidade familiar, onde conversam sobre o cotidiano das pessoas, o trabalho de roça, a produção, e juntos com a família desenham um mapa de sua área de uso, localizando a casa, roça, área de caça, pesca e de extrativismo (foto em anexo). Estes locais são posteriormente georeferenciados e nominados de acordo com a informação do morador visitado. Os dados coletados são processados (incluídos em mapas derivados de imagens de satélite), e uma equipe similar retorna à área numa segunda etapa, para que a partir destes mapas se realize um trabalho maior e em conjunto com grupos de moradores. A metodologia é simples. Na primeira etapa, a dos mapas individuais, são utilizadas cartolinas e lápis (preto e colorido), além de um aparelho GPS (utilizado para fornecer coordenadas geográficas), e os moradores participam na medida de seu interesse e habilidade com o uso de lápis. Na segunda etapa a FVA criou mapas de regiões específicas do Jaú, mostrando grande parte dos

igarapés e lagos. Estes mapas foram levados até, determinadas localidades, onde se reuniam grupos de moradores, e as informações foram checadas e complementadas com o auxílio dos moradores.

Além dos mapas, a equipe da FVA criou ícones (desenhos feitos no computador) representando coisas como casa, porto, casa de farinha, roça, caça, pesca, pesca de peixes ornamentais (piabas), bichos-de-casco, seringa, copaíba, cipó, etc. (16, no total). Para cada ícone foram feitas várias bandeirinhas (2cm x 2cm) também no computador, que foram recortadas e montadas em um alfinete de tamanho adequado. De um lado da bandeirinha ficava o ícone, e do outro ficava a cor da família, sendo que cada família ou grupo doméstico escolhia uma cor diferente. Os membros da mesma família receberam um crachá com a cor que os identificava e uma pequena (aproximadamente 10cm x 25cm) bandeja cheia de bandeirinhas já montadas. O trabalho consistiu de explicar para eles sobre os ícones, mostrando primeiro em papel grande (tamanho ofício), e depois sentar com eles ao redor dos mapas, no chão, ajudando-os a colocarem as bandeirinhas nos lugares certos. Com isso foi possível localizar os vários locais de roça, caça, pesca, e outras atividades ligadas ao extrativismo animal e vegetal. Foi possível também estimular a participação dos moradores, e discutir temas complexos tais como Plano de Manejo, Zoneamento e Organização Comunitária.

A análise de gênero e sua aplicação prática no caso específico do Jaú

Com os resultados do Levantamento Sócio-Econômico de 1992, realizado com apoio do Projeto GENESYS, a FVA pôde iniciar seus primeiros trabalhos com os moradores no Parque. Os trabalhos anteriores referiram-se diretamente ao conhecimento da área, através de pesquisa básica sobre o funcionamento do sistema ecológico. O Levantamento possibilitou a formação de equipes de pesquisa de diversas áreas, e a priorização do PNJ junto ao IBAMA. O Levantamento contribuiu ainda para a FVA realizar o PAE, conseguir

recursos para a implementação de projetos e, sobretudo, optar pela permanência dos moradores na área e tê-los como possíveis aliados para a conservação do Parque.

Sobre o tema da educação, mediante informação obtida do questionário feminino, a FVA constatou que 74% da população do parque é analfabeta, e que entre o percentual de alfabetizados, 61% são homens. Outro exemplo de informação obtida por meio do questionário feminino é que para mantermos um sistema de comunicação com os moradores, este deveria ser através do programa de rádio que passa os avisos e é amplamente ouvido pelos moradores.

As observações feitas durante o processo de construção do Centro Comunitário no Seringalzinho, que contou com a participação de moradores do Parque (homens, mulheres, jovens e crianças), revelaram que pode-se planejar atividades futuras junto com os moradores. Eles coletaram palha para cobrir o Centro, pescaram em grupo para garantir almoço para todos, e coletaram arumã, fibra utilizada para tecer tupés (tapete), para fazer as paredes do Centro. Esta experiência surgiu da necessidade de ser possível fechar temporariamente as áreas laterais do Centro para que as aulas não fossem prejudicadas pelo sol, que atinge em algumas horas (pela manhã e pela tarde) o local. Reuniram-se pais e mães e técnicos da FVA, e juntos discutimos qual seria a solução mais viável para esse problema. Surgiram idéias como fazer paredes de palha, como nas casas, que foi descartada devido ao fato de que quando houvessem reuniões ou festas seria difícil removê-las e sua durabilidade também foi contestada. Finalmente, por sugestão de uma das participantes mulheres, resolveu-se optar pelos tupés. Segundo D. Joelina, os tupés poderiam ser removidos desde que ficassem sobre suportes, e imediatamente as mulheres foram apontando outras tecelãs que poderiam e sabiam tecer tupés.

Surgiram então novas questões: onde coletar o arumã (fibra vegetal utilizada para tecer o tupé)? Quando e quem coleta? Quem faz os tupés? E

sobretudo a quantidade que poderia ser retirada. Um dos moradores, Sr. Beré, cedeu uma área sua próxima da casa, e neste local eles já haviam trabalhado com arumã e cipó. Ficou então marcado para o próximo dia ir até, a mata e tirar o arumã e ali mesmo já se iniciaria o trabalho de prepará-lo para ser utilizado. Saímos em cinco canoas de madeira com um total de 30 pessoas (10 mulheres e 20 homens) e remamos até o local, caminhamos por uma hora e meia e chegamos ao local do arumanzal (local na floresta onde se concentram os arumãs). Os homens trataram de coletar os arumãs, as mulheres e alguns meninos de retirar a polpa, e outros de arrumar em feixe. Um outro grupo, composto de 3 mulheres e 4 homens, permaneceu no local do Centro para cuidar do pescado e garantir o almoço. Permanecemos na área até às 16:00 horas. Carregamos todo o arumã para o Centro Comunitário, para posteriormente distribuí-lo entre as tecelãs para serem confeccionados os tupés. Após alguns dias os tupés foram trazidos e colocados pelo moradores no centro comunitário.

As mulheres são também as responsáveis, em grande parte, pela saúde da família. Em geral elas mantêm um pequeno canteiro com plantas medicinais, que utilizam quando necessitam. A partir da informação das mulheres pode-se conhecer algumas formas de uso dessas plantas, e também de pessoas que cuidam da saúde dos moradores como rezadores, curadores, parteiras, etc. A utilização da análise de gênero para as atividades do Parque ligadas à conservação, principalmente no que diz respeito ao Plano de Manejo, ainda não, uma prática na FVA. Acreditamos que muitas das respostas sobre a participação diferenciada de mulheres e homens em questões como manejo e conservação dos recursos do PNJ, poderão ser ampliadas na medida em que se adquira mais confiança na relação com os moradores. Acreditamos que a permanência de uma equipe em campo, que tenha mais contato e participe das atividades diárias dos moradores, poder contribuir para uma avaliação mais correta sobre o nível de participação de mulheres e homens. O tempo de

permanência da equipe na área atualmente está em torno de 8 meses não consecutivos, o que não nos permite ainda uma avaliação.

A análise de gênero pode contribuir para se entender de que formas e como são utilizados os recursos naturais em áreas protegidas, na medida em que os projetos propostos funcionem reconhecendo os papéis dos homens e mulheres. Para a FVA, a questão de gênero em relação aos recursos naturais está evoluindo, à medida em que se pode ampliar a equipe de trabalho de campo, garantindo assim um maior interesse e participação da comunidade local nas atividades relacionadas com o Plano de Manejo do Parque.

A FVA desenvolve o Projeto Fibrarte, na área de influência do Parque, que tem como objetivo apoiar o grupo de artesãos que utilizam fibras vegetais para a confecção de seus produtos. Capacitá-los em organização, comercialização e gerenciamento de seus produtos é meta deste projeto. A população que vive no PNJ extrai e comercializa algumas dessas fibras. A relação do projeto Fibrarte com a estratégia para o Parque está na pesquisa sobre sustentabilidade ecológica de uma das fibras (cipó titica), comercializadas pelos moradores, e também no fortalecimento de uma alternativa econômica que é sustentável do ponto-de-vista ecológico. Durante o mapeamento realizado no Parque, pudemos identificar os artesãos no rio Jaú por gênero, as principais fibras que utilizam, e o que produzem. Esta Informação foi obtida por meio de questionário com perguntas abertas e dirigidas tanto ao chefe da família, quanto à mulher.

Uma estratégia para conservação que combina treinamento focado em gênero, fortalecimento institucional, parcerias e participação comunitária

A estratégia utilizada pela FVA para integrar conservação e gênero inclui diversas atividades, entre as quais se destacam treinamentos, pesquisas, mapeamento de uso dos recursos, fortalecimento institucional mediante

capacitação de equipes de trabalho, elaboração de planos de manejo participativo e de monitoramento e avaliação.

A partir dos treinamentos recebidos pela equipe da FVA por meio do Projeto GENESYS, iniciaram-se na FVA os trabalhos com os moradores no PNJ. Os treinamentos abordaram temas como Metodologias de Pesquisa Sócio-econômicas, Sondeo (pesquisa rural rápida) e Mercado e Comercialização de Produtos Florestais Não-Madeireiros.

Entre os treinamentos posteriores, realizados em conjunto pelo GENESYS e MERGE, destaca-se principalmente o curso em Rio Branco, em 1994 que enfocou os Instrumentos para Análise de Gênero, onde nos foram apresentados métodos de mapeamento participativo. Este curso foi muito relevante para a FVA, e serviu de base para todo o trabalho de mapeamento que agora realizamos.

O aprendizado adquirido por meio dos treinamentos oferecidos pelos Projetos GENESYS e MERGE foram utilizados no levantamento realizado pelo Projeto Fibrarte junto aos moradores do PNJ e nos questionários realizados pela equipe de educação ambiental da FVA, em suas atividades na cidade de Novo Airão.

A participação da população local nos projetos da FVA, tem se manifestado de forma ainda preliminar. Em geral as reuniões são convocadas pela Fundação. A população do rio Jaú tem participado de atividades junto aos pesquisadores, atuando como mateiros, fazendo medições de alguns aparelhos, guiando os pesquisadores pelos rios e acompanhando em acampamentos avançados. Participam também de atividades de infraestrutura, como a construção do centro comunitário e refeitório da escola e durante as atividades do mapeamento.

É política institucional da FVA trabalhar com parcerias. A Fundação tem clareza que não ser possível atingir seus objetivos sozinha. Por meio de estratégias de trabalho que envolvam e garantam a participação das várias instituições que atuam na área, acreditamos poder atuar para a conservação

de Áreas Protegidas na Amazônia. As organizações com as quais temos efetivado parcerias são: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Fundação Nacional de Saúde (FNS), Universidade do Amazonas (UA).

A consolidação do Parque Nacional do Jaú é a meta da Fundação. Para que esta meta seja alcançada entendemos ser fundamental a participação dos moradores para o pleno uso da área, garantindo a conservação da biodiversidade.

Essa gestão democrática (gestão ambiental participativa) deve incorporar não somente elementos da ciência moderna e etnocultural, mais constituir-se num processo de negociação que leve em conta as aspirações locais, os modos de vida e a contribuição histórica das populações tradicionais para a conservação e manejo ambiental. A incorporação destas populações no processo democrático de manejo ambiental resultar na descoberta de aliados locais fortes e constantes para a conservação, contra grupos especuladores de fora das reservas, que são os verdadeiros devastadores da biodiversidade.

Bibliografia

- Anderson, E.S. 1996. Roteiro para o texto deste documento. 5p.
- Anderson, E.S. 1996. Anotações de Campo. Entrevistas com Carlos Miller e George Rebelo (manuscrito). 24p.
- Haffer, J. 1969. Speciation in Amazonian Forest Birds. *Science* 165:131-137.
- Prance, G.T. 1973. Phytogeographic support for the Theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon Basin, based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae and Lecythidaceae. *Acta Amazonica* 3 (3):5-28.
- Rebelo, G.H. 1995. Os Moradores do Parque Nacional do Jaú. Fundação Vitória Amazônica (manuscrito). 55p.
- Schubart, H.; Ramos, A.R.; Gondim, C.J.E.; Silva, C.J.; Bacca, L.E.; Amorozo, M.C.M.; Reis, N.R.; Dantas, M.; Braga, R.A.P.; Almeida, R.; La Torraca, S.M.; Asakawa, N.M.; DAmorim, L.M.M.K. 1977. Relatório da Excursão ao Rio Jaú com Vistas a instalação de uma Reserva Natural. INPA- Manaus.
- Silva, R.O. 1995. Plano de Ação Emergencial. Fundação Vitória Amazônica. (manuscrito). 85p.
- Silva, R.O. 1996. Anotações do Diário de Campo (manuscrito).